

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: ANÁLISE COMPARATIVA DE EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO DO SETOR BANCÁRIO E DE CONSTRUÇÃO CIVIL.

Gessé da Silva, (UNESPAR/FECILCAM) gedyz@hotmail.com  
André Luís Barbosa. (UNESPAR/ FECILCAM) andre Luis.alb@gmail.com  
Jorge Leandro Delconte Ferreira, (OR FECILCAM), jorge.leandro.professor@gmail.com

**RESUMO:** O presente trabalho procura, a partir da análise das Demonstrações do Valor Adicionado - DVA de empresas de capital aberto dos setores de Construção Civil e Bancário, avaliar a geração e a distribuição de valor verificada pelas principais empresas dos setores listados. A definição do tema se deu por ser a DVA um instrumento que visa evidenciar a capacidade de a empresa gerar e distribuir riquezas para os agentes econômicos. Para atingir os objetivos da pesquisa realizou-se um estudo descritivo de caráter qualitativo e quantitativo com base nos demonstrativos publicados no portal eletrônico da Bovespa nos períodos de 2009 a 2011, evidenciando a distribuição de riqueza para os seguintes agentes: pessoal, governos, remuneração de terceiros e remuneração de capital próprio. Os resultados das análises apontam para conclusões importantes: I. variação significativa entre as empresas do mesmo setor; II. maior remuneração do capital próprio nas empresas bancárias, com média de 42,19% no período; III. maior remuneração do capital de terceiros nas empresas do setor de Construção Civil, com 33 % de média no período; IV. em relação a distribuição do valor adicionado, o setor Bancário apresentou um crescimento de 8,66%, setor de Construção Civil apresentou uma média de crescimento de 33,83%.

**PALAVRAS-CHAVE:** DVA; Setor Bancário; Setor de Construção Civil.

### INTRODUÇÃO

A Contabilidade vem evoluindo ao longo dos anos com a finalidade de evidenciar o patrimônio gerado pelas as empresas de várias maneiras, em decorrência de diversas mudanças tanto no âmbito social como econômico. Os estudos que envolviam a Contabilidade não conseguiam demonstrar de maneira específica como era distribuído o Patrimônio e para quem era distribuído, porém através do surgimento da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a carência de informações no sentido de indicar o fato gerador de riquezas das entidades e os elementos responsáveis pela geração das riquezas dentro das empresas foi sanada. Destaca-se que a DVA é uma demonstração elaborada através de regras e normas derivadas e extraídas da lei 11.638/2007 e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que prima pela confiabilidade informacional para os usuários das informações contábeis.

Este trabalho destaca a importância da DVA como uma Demonstração Contábil que tem por objetivo evidenciar aos usuários a geração e distribuição de riquezas das organizações. A Demonstração do Valor Adicionado tem uma linguagem acessível e de fácil compreensão, mostrando a realidade econômica e social das entidades. Como destaca Iudícibus (2010, p. 583), “a DVA tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa como resultante de um esforço coletivo, e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para sua criação”. Logo, a DVA evidencia os fins sociais da distribuição de riqueza das entidades, inclusive a remuneração dos próprios empreendedores.

A DVA contribui com a relação Empresa x Sociedade, considerando que as companhias têm relações com os agentes econômicos. Portanto, estes são componentes da sociedade responsáveis pela geração e distribuição de riquezas. Iudicibus (2010, p.583) expõe que: “a DVA acaba por prestar informações a todos os agentes econômicos interessados na empresa, tais como empregados, clientes, fornecedores, financiadores e governo”.

O presente estudo visa evidenciar a geração e distribuição de riqueza em dois setores específicos: Construção Civil e Bancário. Acredita-se que seja distinta a maneira que tais setores contribuem para com a sociedade, visto que o setor de Construção Civil é normalmente identificado como intensivo em mão-de-obra, enquanto o setor Bancário tem um papel estratégico como instrumento de promoção de políticas de crédito (tanto públicas quanto privadas).

Em um passado recente, no período do governo Fernando Henrique Cardoso, o Governo Federal implementou políticas de apoio e fortalecimento do setor Bancário (CORRAZA, 2003). Nesse sentido, destaca-se o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), iniciativa econômica do governo com vistas a socorrer aos bancos. Parte desse apoio é justificada, segundo Corraza (2003, p. 6), pela necessidade de adaptação dos bancos, “substituindo as receitas inflacionárias por receitas de intermediação financeira, de serviços e de tarifas”.

Por outro lado, no período do governo Lula, o setor de Construção Civil tem recebido atenção e políticas específicas, tanto no que diz respeito à desoneração de tributos de insumos, quanto no que diz respeito a políticas de crédito específicas para estimular o setor. Xavier; Matos (2011, p. 7) destacam que tais políticas apresentaram resultado significativo, pois “o setor que mais gerou emprego em 2008, em valores relativos foi o Setor de Construção Civil (18,33%)”.

Dadas as políticas diferentes implementadas pelo Governo Federal, cabe investigar e comparar as contribuições de um e outro setor para a sociedade como um todo. E uma das formas de se comparar tais contribuições é por meio do uso da DVA como instrumento de comparação. Diante dos argumentos apresentados, o problema de pesquisa que orientará esta investigação é o seguinte: **quais as diferenças e semelhanças na distribuição do valor adicionado de empresas de capital aberto do Setor de Construção Civil, comparativamente com empresas do Setor Bancário de capital aberto, no período de 2009 a 2011?**

Além de evidenciar como as empresas dos setores de Construção Civil e Bancário geraram e distribuíram riquezas no período em análise, este trabalho também se ocupou de investigar outros pontos, a saber: I. verificar a existência de padrão na geração e na distribuição de riqueza por setor; II. comparar entre setores a geração e distribuição de riqueza efetivamente realizada.

O fato primordial que justifica a pesquisa é de contribuir para a verificação se a DVA é utilizável como ferramenta de análise não apenas da firma, mas também do setor. Se isso se mostrar possível, o que se poderá verificar ao longo do trabalho, a DVA se mostrará também uma ferramenta de análise inter-setorial.

Por fim, como elemento de pano de fundo, este trabalho também pode contribuir para a compreensão de uma outra vertente de avaliação de políticas públicas, por meio da verificação do efeito social das políticas econômicas setoriais, dado que a DVA evidencia os fins sociais da distribuição de riqueza das entidades.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Para a adequada abordagem do trabalho, buscou-se construir inicialmente uma fundamentação na literatura especializada. O referencial teórico aborda, portanto, o histórico da DVA, a estrutura formal do Demonstrativo, as políticas públicas setoriais como instrumento de promoção de desenvolvimento e algumas características dos setores de Construção Civil e Bancário.

### **Histórico da DVA**

A origem da Demonstração do Valor Adicionado é europeia, e data de meados dos anos 1970. Sua maior expressão é percebida nessa época no Reino Unido, onde o texto legal recomendava "a elaboração da DVA evidenciando a maneira como os benefícios são divididos com empregados, Estados, provedores e investidores" (CUNHA; MARION 2002, p. 23). Isso porque, para Neves; Viceconti (2000, p. 261): "a Demonstração do Resultado não é capaz de, diretamente, mostrar o quanto de valor a empresa está adicionando aos insumos que adquire".

Nesse sentido, Martins (1997, p.4) destaca que "a DVA é recomendada como instrumento fundamental para análise de empresas que desejam se instalar em diversas regiões da África e da Índia, para que a capacidade de geração de riqueza dentro do país seja avaliada."

Em 2007, a DVA passou a ser obrigatória no Brasil para as sociedades de capital aberto, por meio da Lei 11.638/2007. Isso tem se mostrado uma tendência nos principais mercados econômicos do mundo, pois se tornou necessária uma demonstração que evidencie socialmente como a empresa está distribuindo seu valor adicionado.

### **Estrutura formal da DVA**

Comparando a tradicional Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) com a DVA, vê-se que a DRE está mais voltada aos usuários que desejam conhecer o resultado líquido da empresa em determinado período (proprietário, sócio ou acionista). Já a DVA evidencia, além do lucro dos investidores, também a quem pertence o restante da riqueza criada pela empresa. A DVA permite perceber "quanto de riqueza uma empresa (...) adicionou de valor a seus fatores de produção, e de que forma essa riqueza foi distribuída entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital" (MARION, 2009, p. 57).

De acordo com o (CPC, 2012), a DVA vai além da lei Societária (a qual compreende a sua estrutura formal). O CPC regulamenta a forma como ela deve ser elaborada e apresentada por meio de pronunciamento específico, afirmando que a DVA deve:

- Ser parte integrante das Demonstrações Contábeis de cada exercício social.
- Basear-se nas Demonstrações Consolidadas e evidenciar a participação dos sócios não controladores.
- Proporcionar aos usuários das Demonstrações Contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

O CPC disciplina ainda que a distribuição da riqueza gerada deve ser detalhada, minimamente, da seguinte forma:

- (a) pessoal e encargos;
- (b) impostos, taxas e contribuições;
- (c) juros e aluguéis;
- (d) juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos;
- (e) lucros retidos / prejuízos do exercício.

Tal estrutura é estabelecida por sua utilidade para os usuários internos e externos da informação contábil, comunicando claramente a composição das riquezas geradas e distribuídas pelas entidades.

### **Políticas públicas setoriais e desenvolvimento**

As políticas públicas são necessárias para o desenvolvimento da nação, e servem como incentivo para o início das atividades de uma corporação, bem como socorro para eventuais crises, e também para frear ou acelerar determinados setores de um país. Bobbio; Matteucci; Pasquino (2004) afirmam que, as políticas públicas demonstram os interesses e os objetivos de entidades estatais, com a finalidade de realização de projetos, tendo em vista diminuir desigualdades sociais, fomentar a criação de empregos, aumentar o nível de escolaridade, tutelar o consumidor, valorizar a velhice, entre outros.

Através das políticas públicas, o Estado organiza a sociedade a fim de estabelecer um caminho a ser tomado, em sintonia com as mudanças sociais observadas nos setores de uma determinada economia. Logo, as políticas públicas representam o esforço do governo com objetivo de conduzir a sociedade, em prol de interesses comuns (mesmo que hajam objetivos opostos, eventualmente).

Bucci (2002, p. 241), menciona que “são programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”.

Sendo assim, o governo se utiliza de políticas públicas, com intuito de direcionar o desenvolvimento econômico; portanto, vale ressaltar que essas políticas têm um leque bastante abrangente tanto no âmbito social, fiscal e tributário. Como exemplo de políticas públicas, pode-se destacar recentemente a redução do Imposto Sobre os Produtos Industrializados (IPI) na linha branca de eletrodomésticos e nos veículos, de forma a dinamizar a atividade industrial.

No que diz respeito à habitação, as políticas públicas são estratégicas por vários fatores, dentre os quais, Santos (2007) destaca: I. a habitação é um bem muito caro, e sua comercialização depende de esquemas de financiamento de longo prazo; II. ela é necessidade básica do ser humano, e assim toda família é uma demandante em potencial de tal bem; III. a habitação responde por parcela significativa da atividade do Setor de Construção Civil, e tem um peso relevante na geração de empregos e no PIB da economia.

Em relação ao Setor Bancário, Aronovich e Fernandes (2006) descrevem que, bancos que operam sob informação incompleta terão mais dificuldade enquanto as empresas com baixa solvência poderão não honrar com suas dívidas podendo haver diminuição de créditos. Quando há cortes nos créditos bancários, o oligopólio e o monopólio são adotados como padrão, fazendo com que o setor determine a oferta de mercado, a qual interagindo com a demanda determina o preço de equilíbrio. E para lidar com isso o governo intervém diretamente e indiretamente. A intervenção direta é aquela em que o governo oferta os recursos e assume o risco de crédito, o que pode se formalizar por meio de banco governamental, o qual, por sua vez, pode emprestar diretamente ou por intermédio de agentes privados. A intervenção indireta é desempenhada pela atuação indutora de políticas públicas, como por exemplo, o PROER.

Assim, percebe-se como os setores estudados são fortemente influenciados por políticas públicas, visto que, pelas próprias características inerentes a tais setores, as políticas públicas são mecanismos recorrentemente empregados pelos governos para influenciar a Construção Civil e o setor Bancário.

### **Características dos setores de Construção Civil e Bancário**

O Setor de Construção Civil abrange todas as atividades ligadas à produção de obras, incluindo planejamento, projeto, execução e manutenção que, por sua vez possui interfaces, incluindo vários outros segmentos que estão correlacionados ao departamento. Neste setor há diferenças em relação à qualidade de serviços prestados, sendo que algumas empresas apresentam serviços de altíssima qualidade, e com entrega na data prevista, ou até mesmo adiantada, porém, existem outras empresas do ramo de Construção Civil que prestam serviços de péssima qualidade e com atrasos enormes. Em relação a isso Oliveira *apud* Elvira (1994) identifica três níveis de comprometimento das empresas com a qualidade, no primeiro se encontram as empresas preocupadas com a quantidade de produtos produzidos e com sua sobrevivência em curto prazo. Neste estágio a questão de como se produziu ou o quanto se perdeu ao produzir não é relevante. A direção não está preocupada em aperfeiçoar seus processos, mas em entregar o produto ao cliente (atender ao cliente). Nestas empresas encontram-se grandes volumes de sucata e retrabalho. No segundo nível mais evoluído que o anterior encontra-se empresas já preocupadas com as perdas no processo produtivo, descobrindo na racionalização dos seus processos produtivos, uma vantagem competitiva de atuação no mercado. No

último estágio de comprometimento encontram-se as empresas totalmente envolvidas na busca de eliminação dos desperdícios e na satisfação do cliente.

Já os Bancos são instituições mediadoras entre agentes superavitários, (que são aqueles que possuem um nível de renda superior os seus gastos) e agentes deficitários, (os que possuem um nível de gastos superior ao da renda), sendo que o Setor Bancário exerce além de outras, a função de captar os recursos dos superavitários e emprestá-los a juros aos deficitários, gerando a margem de ganho denominada de *spread* bancário, sendo que de acordo com Campello (2006), *spread* bancário, em termos simplificados, é a diferença entre a remuneração que o banco paga ao aplicador para captar um recurso e o quanto esse banco cobra para emprestar o mesmo dinheiro. Todo banco, público ou privado, apresenta estas características. Os bancos têm também por funções depositar capital em forma de poupança, financiar automóveis e casas, trocar moedas internacionais, realizar pagamentos, entre outros. Neste contexto percebemos a importância da DVA para o Setor Bancário, visto que, com essa demonstração, além de outras utilidades, como por exemplo, a distribuição de riquezas para o pessoal ou dos acionistas, as entidades bancárias poderão analisar algumas características e indicadores que poderão servir de base para os agentes superavitários e os agentes deficitários.

Por meio dessa demonstração, acrescentam Santos (2007), permitem-se levantar indicadores sociais importantes, fornecendo ao gestor público mais um elemento de decisão quando da análise sobre a concessão de benefícios para investidores nacionais e estrangeiros.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi aplicada aos Setores de Construção Civil e Bancário, sendo um estudo que utilizou de documentos extraídos das empresas estudadas, o qual concedeu suporte e conclusões do estudo abordado. Segundo Andrade (1995), esta é uma pesquisa descritiva, porque os fatos relativos à Demonstração do Valor Adicionado são registrados e analisados e é oferecida uma interpretação de variáveis relevantes do objeto em estudo.

Por se tratar de uma pesquisa de caráter descritivo utilizamos uma amostra de cinco empresas do Setor de Construção Civil e cinco empresas do Setor Bancário, todas de grande porte e operando no mercado de capitais (bolsa de valores). Esta pesquisa classifica-se como quali-quantitativa, pois trouxe uma abordagem qualitativa das contas empregadas na DVA, e utilizou técnicas estatísticas desenvolvendo análise horizontal dos períodos cada um no seu grau de complexidade. Para empreender uma avaliação quantitativa descreve Theóphilo; Martins (2009 p. 107): “é organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar dados numéricos coletados”. Por outro lado a pesquisa qualitativa é descrita também por Theóphilo; Martins (2009 p. 142): “as grandes massas de dados são quebradas em unidades menores e, em seguida reagrupadas em categorias que se relacionam entre si, de forma a ressaltar padrões, temas e conceitos.”

O estudo foi direcionado às cinco maiores empresas do Setor de Construção Civil e do Setor Bancário, que publicaram suas correspondentes DVA's no portal eletrônico da Bovespa nos anos de

2009 a 2011. A escolha do período deu-se pelo fato de que houve transformações econômicas nos dois setores em análise e há fatos que foram relevantes e propuseram algumas alterações no Demonstrativo, por isso será feita uma comparação de três períodos consecutivos, que por sua vez possui uma melhor coerência e consistência na análise comparativa dos resultados.

Para conduzir a pesquisa utilizamos de meios eletrônicos para coletar dados da Demonstração do Valor Adicionado, buscaremos informações que seja relevantes e passíveis para execução da pesquisa. É importante observar que a coleta de dados baseada na documentação indireta consiste na leitura e análise de materiais produzidos por terceiros, que podem apresentar-se sob forma de textos, jornais, gravuras, fotografias e filmes, entre outras. (LAKATOS ; MARCONI, 1992). Diante desta ótica podemos destacar que a pesquisa foi conduzida por meio de documentação indireta que está ligada aos documentos fornecidos pelos portais eletrônicos, onde as empresas publicam seus demonstrativos.

Diante do exposto devemos ressaltar alguns critérios como gráficos, planilhas, e tabelas, que demonstraram os resultados obtidos durante o período em análise. Isto deve ser mencionado como umas das ferramentas para o processo de resultados das informações obtidas, sendo que umas das informações que mais se destacam são os agentes econômicos como recebedores das riquezas, podendo estes estarem explícitos ou implícitos nas análises decorrentes da DVA das empresas.

### **ANÁLISE DAS DVA's**

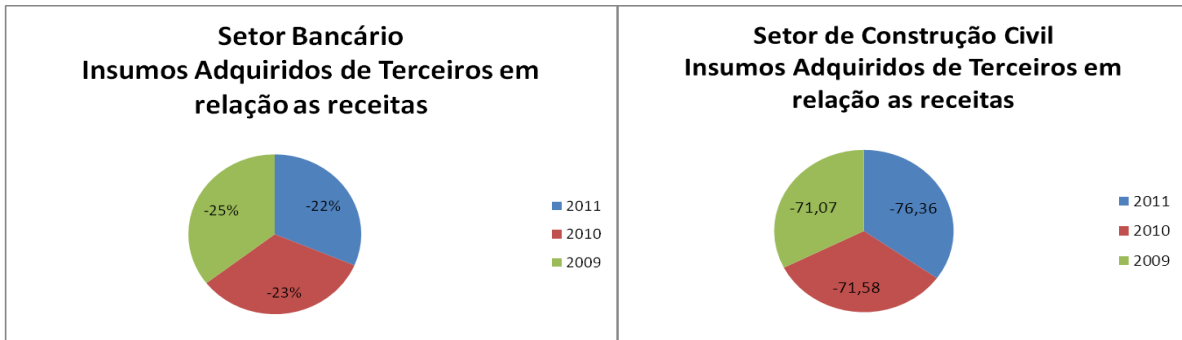
Os dados empregados para análise elaborados com base em demonstrativos anuais do setor Bancário e do setor de Construção Civil disponíveis em *sites* oficiais das empresas em análise. Os dados apresentados referem-se ao setor de Construção civil e ao setor Bancário, constituído por uma única DVA consolidada das cinco empresas do setor Bancário e por cinco empresas de Construção Civil.

As DVA's consolidadas são apresentadas como anexo a este trabalho e serão suporte para a pesquisa em questão a partir destas vamos contextualizar os setores, embasando em valores de geração de riquezas e distribuição das riquezas.

Avaliando as receitas em relação aos insumos adquiridos de terceiros dos setores observamos que o setor Bancário manteve em média de 23% enquanto o setor de Construção Civil esteve na média de 73% isto deve as peculiaridades de cada setor. O setor Bancário apresenta um número pouco representativo em relação ao setor de Construção Civil, isto acontece porque as atividades estão diferenciadas enquanto o setor Bancário trabalha com grandes números de receitas o setor de Construção Civil apresenta um número menor de receitas mais em contrapartida trabalha com prestadora de serviço, com isso aumenta os custos com serviços vendidos proporcionando um maior percentual de relatividade.

De acordo com o gráfico 1 abaixo podemos relatar que em 2009 a 2011 o setor Bancário apresentou um decréscimo de 3 % no que diz respeito à correlação de insumos com receitas, isto

ocorreu porque o aumento das receitas superou em 48,31% enquanto o insumo adquirido de terceiros manteve o crescimento em 19,52%. Ao analisarmos o setor de Construção Civil observamos que no período de 2009 a 2011 o resultado apresentou um acréscimo de 5,29%, isto deve o aumento de custo de produtos e serviços vendidos, em contrapartida há um crescimento de venda de serviços, porém o aumento não foi gradativo em relação ao aumento de insumos de terceiros. Podemos verificar claramente que o setor de Construção Civil é um setor altamente prestador de serviços com isso o custo de mercadoria e serviços vendidos relativamente é muito maior que do setor Bancário.



**Gráfico 1: Insumos adquiridos de terceiros em relação a receita**

Fonte: demonstrações dos bancos e construção civil objeto de estudo. Elaboração própria

**Tabela 1: Distribuição para pessoal**

Setor	Construção Civil			Bancário		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
<b>Pessoal</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Remuneração Direta	68,8%	75,6%	79,9%	61,6%	64,2%	66,5%
Benefícios	6,1%	4,9%	4,3%	16,5%	16,2%	14,9%
F.G.T.S	2,8%	1,9%	1,6%	12,0%	11,4%	11,7%
Outros	22,3%	17,5%	19,1%	9,9%	8,1%	6,9%

Fonte: demonstrações dos bancos e construção civil objeto de estudo. Elaboração própria

Avaliando distribuição junto à pessoal observamos que ambos os setores apresentaram decréscimo em relação à remuneração direta nos períodos em análise, buscando contextualizar o assunto vemos que o setor Construção Civil apresentou uma diminuição de 6,1% na remuneração direta em relação a 2009 e a 2011, em contrapartida o setor bancário participou com 4,8%, isto deve ao aumento de benefícios, FGTS e outros que são os encargos que possuíram crescimento relativo de um período para o outro.

Quando relatamos que os setores apresentaram diminuição no que diz respeito a remuneração direta, podemos justificar que em valores no setor de Construção civil em 2010 apresentou um valor



de R\$ 779.957,11 já em 2011 foi de R\$729.300,05. Em contrapartida o setor Bancário apresentou um decréscimo em remuneração direta porem em valores houve um acréscimo de R\$ 3.305.128,07, isto ocorreu porque a remuneração direta não teve o mesmo ritmo de crescimento de benefício, FGTS e outros.

**Tabela 2:** Impostos, taxas e contribuições

Setor	Construção Civil			Bancário		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
<b>Período</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Federais	96,7%	96,8%	97,6%	86,9%	91,3%	92,2%
Estaduais	0,1%	0,2%	0,1%	0,6%	0,4%	1,1%
Municipais	3,2%	2,9%	2,3%	12,5%	8,3%	6,8%

Fonte: demonstrações dos bancos e construção civil objeto de estudo. Elaboração própria

Comparando os índices de impostos dos dois setores é nítida a elevada participação de distribuição para órgãos federais, dentre deles podemos destacar o IR, CSLL, PIS, COFINS E O IOF, considerando ambos os setores estão em uma mesma proporção, exceto o indicador de impostos municipais que se destaca o ISS e IPTU onde o setor Bancário apresentou uma maior distribuição, isto ocorre devido ao volume de serviços prestados serem maior no setor Bancário. Comparando o índice dos dois setores avaliamos que impostos estaduais, onde podemos destacar o ICMS, tem tido pouca participação nos períodos em ambos os setores, onde se manteve uma media de 0,7% para o setor Bancário e 0,13% para o setor de Construção Civil.

**Tabela 3:** Remuneração de capitais de terceiros

Setor	Construção Civil			Bancário		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
<b>Período</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Juros	85,6%	84,0%	87,0%	84,7%	82,7%	80,8%
Aluguéis	8,8%	8,3%	6,1%	15,3%	17,3%	19,2%
Outras	5,7%	7,7%	6,9%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: demonstrações dos bancos e construção civil objeto de estudo. Elaboração própria

Comparando os índices da remuneração de capitais de terceiros podemos evidenciar que o setor Bancário e o setor de construção civil tiveram um resultado semelhante no que diz respeito ao quanto cada setor distribui de juros. O percentual de alugueis é visivelmente maior no setor bancário, obviamente isto se deve ao fato que os bancos se utilizam de prédios de terceiros para as suas instalações, sendo que no setor de construção civil as empresas se utilizam na maior parte das vezes de instalações próprias.

O valor adicionado distribuído para juros entre 2009 a 2011, vemos que o setor Bancário teve um crescimento positivo de 3,9% em contrapartida o setor de Construção Civil teve crescimento negativo de 1,4%, quando partimos para valores podemos relatar que em 2009 o setor Bancário

apresentou R\$ 1.827.337,98 em 2011 R\$ 2.463.291,05 já para o setor de Construção Civil foi de R\$ 576.047,98 em 2009 e 2011 R\$ 1.110.155,05. Diante dos valores podemos verificar que o setor Bancário cresceu em 34,8% do período de 2009 para 2011, enquanto o setor de Construção Civil apresentou um crescimento de 92,72%. Vemos que o crescimento dos setores foi positivo em relação a 2009 a 2011 quando falamos em distribuição de juros, todavia na distribuição do grupo de remuneração de capitais de terceiros isso ocorreu de forma inversa tendo um maior aumento em ambos os setores em aluguéis.

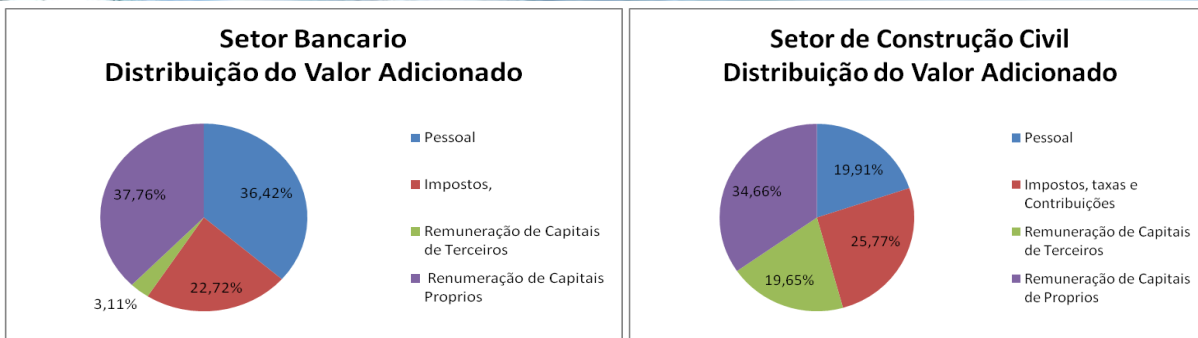
**Tabela 4:** Renuneração de capitais próprios

Setor	Construção Civil			Bancário		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Juros sobre o Capital Próprio	0,00%	3,35%	0,00%	26,80%	25,25%	22,00%
Dividendos	31,99%	15,75%	13,06%	13,74%	17,59%	13,19%
Lucros Retidos / Prejuízo do Período	52,68%	75,19%	78,65%	57,75%	55,13%	63,31%
Outros	15,33%	5,71%	8,26%	1,71%	2,03%	1,50%

Fonte: demonstrações dos bancos e construção civil objeto de estudo. Elaboração própria

Diante da análise da distribuição do capital próprio podemos verificar que o setor bancário obteve a maior participação, isso significa que os sócios receberam muito mais Juros sobre o capital remunerado do que os sócios do setor de construção civil, já em relação aos dividendos, o setor de construção civil obteve uma maior participação em relação ao setor bancário, como podemos ver em 2011, apresentou 31,99%, enquanto o setor bancário apresentou apenas 13,74%, levando em consideração que o setor bancário cresceu 4,4% de 2009 a 2010, tendo um decréscimo de 3,85 de 2010 a 2011. Partindo para o setor de construção civil o crescimento foi gradativo de 2,66 de 2009 a 2010 e 16,24 de 2010 a 2011 no que diz respeito aos dividendos.

Ao analisarmos o grupo de capitais próprios vemos que ambos os setores apresentaram lucros nos três períodos, com algumas exceções, pois o setor de Construção Civil diminui seus lucros gradativamente de 2010 para 2011 sendo de R\$ 1.686.866,11 para o ano de 2010 e R\$ 538.983,05 para o ano de 2011, já para o setor Bancário o crescimento foi gradativo sendo em 2010 R\$ 17.108.512,11 e R\$ 19.739.728,05 em 2011. Isto ocorreu na análise do grupo em relação a remuneração de capitais próprios com lucros ou prejuízo acumulados com o aumento de 2,62% de 2010 para 2011 para o setor Bancário, enquanto no setor de Construção Civil houve uma diminuição de 22,51%.



**Gráfico 2: Distribuição do valor adicionado**

Fonte: demonstrações dos bancos e construção civil objeto de estudo. Elaboração própria

O gráfico acima representa a média da distribuição do valor adicionado dos três períodos em estudo, que visa demonstrar como os setores apresentaram e distribuíram seus valores para os agentes econômicos que são os recebedores dessas riquezas. Como podemos verificar que o setor Bancário distribuiu em média nos três períodos com maior valor para impostos com 37,76% e com o valor 36,42% para pessoal e com menor valor de 3,11% a remuneração de capitais de terceiros. O setor de Construção Civil apresentou suas distribuições em media nos seguintes Valores 34,66% para remuneração de capitais próprios, 25,77% para impostos, 19,91% pessoal e 19,65% a remuneração de terceiros.

Diante dessa ótica podemos avaliar os seguintes pontos importantes para cada setor no que diz respeito à distribuição do valor adicionado, podemos verificar que os setores entre si possuem um padrão de similaridade, valendo ressaltar que em alguns pontos são evidentes a diferenciação de como ambos se comportam, até mesmo porque são setores e ramos de atividades diferentes. Evidenciamos que em dois pontos torna claro que os setores possuem similaridade, isto no que diz respeito à distribuição para impostos e remuneração de capitais próprios, já para distribuição de pessoal vemos que possuem diferenciação de valores percentuais, tornando-se evidente que isso é ocasionado pelas características próprias de cada setor, pois o setor Bancário emprega menos funcionários que o setor de Construção Civil, porém são mais bem remunerados e mais qualificados onde ocasiona a diferença de 16,51% positivamente para o setor Bancário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desse trabalho verificamos que a contabilidade abrange um leque de informações que gera conhecimentos para diversos usuários, que através de dados bibliográficos e DVA's utilizadas do portal eletrônico da Bovespa foi analisado os diversos valores, verificando possíveis padrões ou similaridades, e com isso este trabalho foi de grande valia, a fim de aumentar o poder de decisão de entidades interessadas em estudos entre setores. A contabilidade como fonte informação tornou-se mais relevante com a obrigatoriedade de leis, está relação de leis e contabilidade facilitou a evidenciação da DVA, uma vez que o propósito deste trabalho é mostrar a funcionalidade da

demonstração inclusive para profissionais que atuam na contabilidade. A DVA possibilita o usuário quanto a empresa gerou e distribuiu de riquezas, podendo ser de mais fácil entendimento do que a DRE, facilitando a análise para um determinado usuário da contabilidade.

Conhecendo e avaliando os indicadores podemos verificar os índices e compará-los em diversos períodos, isto de acordo com a necessidade de cada usuário. Fica claro que os números avaliados entre os setores são de forma distintas no que diz respeito à distribuição e geração de riquezas do setor de Construção Civil e do Setor Bancário, isto deve a fundamentação política de cada setor. Cada setor tem suas particularidades e individualidades, sendo de natureza distinta um do outro, sabendo que em relação ao Setor Bancário, o setor de Construção Civil tem um volume maior de empregabilidade, trabalhadores menos remunerados e instruídos, porém apesar dos setores serem totalmente distintos em sua natureza, verificou algumas similaridades relativas (Remuneração de Capital Próprio e Distribuição de Impostos) que através de suas receitas contribuem de forma significativa com os impostos arrecadados, da mesma forma os setores estudados também remuneram de forma semelhante seus sócios.

Assim o resultado esperado com essa pesquisa foi que a DVA mostrou ser uma poderosa ferramenta, que provou ser capaz de fazer uma análise comparativa e relativa dos setores de Construção Civil e Bancário de forma que até mesmo os usuários menos instruídos poderão entender e usufruir dos dados coletados e processados, com objetivo de servir como base para futuros estudos na área da contabilidade, especificamente a Demonstração do Valor Adicionado.

## REFERÊNCIAS:

**As 500 Maiores Empresas do Brasil.** Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro. v.38, n. 9, set.1984. Edição Especial.

ANDRADE, MARIA MARGARIDA DE. **Introdução a metodologia do trabalho científico.** São Paulo Atlas, 1995.

ARONOVICH, SELMO; FERNANDES ANDREIA GOMES. **Atuação do governo no mercado de crédito: experiência de IFD's em países desenvolvidos.** Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2501.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2501.pdf)>. acesso em 14 maio de 2012.

BOBBIO, NORBERTO; MATTEUCCI, NICOLA; PASQUINO, GIANFRANCO. **Dicionário de Política.** 12. ed. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2004. 2 v.

BUCCI, MARIA PAULA DALLARI. **Direito administrativo e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva 2002.

BRASIL. **Lei n. 11.638 de 28 de Dezembro de 2007.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05 de maio de 2012.

CORENZA, JOSÉ PAULO. A eficácia informativa da DVA. **Revista Contabilidade e Finanças – USP.** São Paulo, 2003. Edição Comemorativa.

CORRAZA, GENTIL. **Crise e Reestruturação Bancária no Brasil**. Disponível em:  
<[http://www.ufrgs/ppge/pcientifica/2000\\_08.pdf](http://www.ufrgs/ppge/pcientifica/2000_08.pdf)>. Acesso em: 28 de abril de 2012.

CPC Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Demonstração do Valor Adicionado**. Disponível em:  
<[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_09n.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09n.pdf)>. Acesso em: 08 de maio de 2012.

CUNHA, JACQUELINE VENEROSO ALVES DA; MARION, JOSÉ. **Análise das Demonstrações Contábeis**: Contabilidade empresarial.

HAMILTON, CLAUDIO SANTOS. **Políticas Federais de Habitação no Brasil**. Disponível em:  
<[http://getinternet.ipea.gov.br/pub/td/1999/td\\_0654.pdf](http://getinternet.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0654.pdf)>. Acesso em: 11 de maio de 2012.

IUDICIBUS, SÉRGIO; MARTINS, ELISEU; GELBECK, ERNESTO; SANTOS ARIIVALDO. **Manual de Contabilidade Societária**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, EVA; MARCONI, MARINA DE ANDRADE. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, EVA MARIA; MARCONI, MARINA DE ANDRADE. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANTELME, ELVIRA. **Proposta de um Sistema de Qualidade e Produtividade para a Construção Civil**. Disponível em:  
<<http://www6.ufrgs.br/norie/indicadores/Elvira%20Maria%20Vieira%20Lantelme.pdf>>. Acesso em: 28 de abril de 2012.

MARION, JOSÉ. **Análise das Demonstrações Contábeis**: Contabilidade empresarial. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, ELISEU. **Uma Nova Demonstração Contábil Pleiteada no Projeto de Reforma da Lei das Sociedades Anônimas: A do Valor Adicionado**. Boletim IOB: Rio de Janeiro, n.29, 1997. Temática contábil.

NEVES, SILVEIRA DAS; VICECONTI, PAULO EDUARDO. **Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras**. 7. ed. São Paulo: Frase, 1998.

CAMPELLO, CRISTINA BARBOSA. **Spread bancário no Brasil: suas determinantes e conseqüências**. Disponível em:  
<<http://www.tjpe.jus.br/cej/revistas/num2/Nalva%20Cristina%20Barbosa%20Campello.pdf>>. Acesso em 15 de maio de 2012.

SANTOS, ARIIVALDO. **Demonstração do Valor Adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

THEÓPHILO, CARLOS RENATO; MARTINS GILBERTO DE ANDRADE. **Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

## ANEXOS

**Figura 1:** DVA consolidada do setor Bancário

Descrição da Conta	01/01/2011 à 31/12/2011	01/01/2010 à 31/12/2010	01/01/2009 à 31/12/2009
<b>Receitas</b>	<b>310.158.608,05</b>	<b>245.141.656,11</b>	<b>209.128.637,98</b>
Receitas	253.281.746,05	194.667.850,11	160.425.558,98
Intermediação Financeira	93.130.825,05	79.979.705,11	79.937.695,98
Prestação de Serviços	- 32.593.320,95	- 26.612.662,89	- 29.400.229,02
Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	- 3.660.641,95	- 2.893.235,89	- 1.834.388,02
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>- 67.992.708,95</b>	<b>- 56.888.638,89</b>	<b>- 51.851.306,02</b>
Materiais, Energia e Outros	- 12.783.145,95	- 12.011.386,89	- 6.578.896,02
Serviços de Terceiros	- 8.012.306,95	- 8.321.437,89	- 10.634.791,02
Perda/Recuperação de Valores Ativos	- 4.743,95	3.213,11	- 848.601,02
Outros	- 47.192.511,95	- 36.559.026,89	- 33.789.018,02
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>242.165.899,10</b>	<b>188.253.017,23</b>	<b>157.277.331,97</b>
<b>Retenções</b>	<b>- 11.747.987,95</b>	<b>- 10.733.754,89</b>	<b>- 8.984.417,02</b>
Depreciação, Amortização e Exaustão	- 11.747.987,95	- 10.733.754,89	- 8.984.417,02
Outras	-	-	-
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>	<b>70.669.685,05</b>	<b>72.486.501,11</b>	<b>69.198.326,98</b>
<b>Vlr Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>15.721.299,05</b>	<b>10.464.206,11</b>	<b>8.727.442,98</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	15.721.299,05	10.464.206,11	8.727.442,98
Receitas Financeiras	-	-	-
Outros	-	-	-
<b>Valor adicionado Total a Distribuir</b>	<b>86.390.984,05</b>	<b>82.950.707,11</b>	<b>77.925.769,98</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>86.390.984,05</b>	<b>82.950.707,11</b>	<b>77.925.769,98</b>
<b>Pessoal</b>	<b>33.911.340,05</b>	<b>29.883.599,11</b>	<b>26.480.063,98</b>
Remuneração Direta	20.902.848,05	19.186.884,11	17.597.719,98
Benefícios	5.605.669,05	4.855.127,11	3.954.048,98
F.G.T.S.	4.059.773,05	3.410.800,11	3.101.376,98
Outros	3.343.050,05	2.430.788,11	1.826.917,98
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>15.387.735,05</b>	<b>19.505.338,11</b>	<b>20.899.432,98</b>
Federais	13.366.526,05	17.815.810,11	19.234.241,98
Estaduais	94.034,05	79.174,11	236.290,98
Municipais	1.927.175,05	1.610.354,11	1.428.899,98
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>2.907.763,05</b>	<b>2.529.163,11</b>	<b>2.262.123,98</b>
Juros	2.463.291,05	2.092.283,11	1.827.337,98
Aluguéis	444.472,05	436.880,11	434.785,98
Outras	-	-	-
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>34.184.146,05</b>	<b>31.032.607,11</b>	<b>28.284.148,98</b>
Juros sobre o Capital Próprio	9.162.295,05	7.834.228,11	6.223.134,98
Dividendos	4.697.133,05	5.459.531,11	3.730.433,98
Lucros Retidos / Prejuízo do Período	19.739.728,05	17.108.512,11	17.907.129,98
Outros	584.990,05	630.336,11	423.449,98

**Figura 2:** DVA consolidada do setor de Construção Civil

Descrição da Conta	01/01/2011 à 31/12/2011	01/01/2010 à 31/12/2010	01/01/2009 à 31/12/2009
<b>Receitas</b>	<b>19.698.219,05</b>	<b>17.542.171,11</b>	<b>12.236.433,98</b>
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	19.645.372,05	17.502.028,11	12.195.541,98
Outras Receitas	50.158,05	21.616,11	22.665,98
Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	76.270,05	30.747,11	31.878,98
Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	- 73.580,95	- 12.219,89	- 13.653,02
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>- 15.041.645,95</b>	<b>- 12.556.926,89</b>	<b>- 8.696.453,02</b>
Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	- 13.661.966,95	- 11.607.940,89	- 7.904.324,02
Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	- 1.379.678,95	- 948.985,89	- 792.129,02
Perda/Recuperação de Valores Ativos	-	-	-
Outros	-	-	-
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>4.656.573,05</b>	<b>4.985.244,11</b>	<b>3.539.980,98</b>
<b>Retenções</b>	<b>- 155.801,95</b>	<b>- 120.616,89</b>	<b>- 106.028,02</b>
Depreciação, Amortização e Exaustão	- 135.099,95	- 69.968,89	- 76.165,02
Outras	- 20.701,95	- 50.647,89	- 29.863,02
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>	<b>4.500.771,05</b>	<b>4.864.627,11</b>	<b>3.433.952,98</b>
<b>Vlr Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>558.091,05</b>	<b>514.849,11</b>	<b>465.878,98</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.449,05	1.196,11	28.714,98
Receitas Financeiras	581.384,05	499.063,11	337.771,98
Outros	- 24.741,95	14.590,11	99.391,98
<b>Valor adicionado Total a Distribuir</b>	<b>5.058.862,05</b>	<b>5.379.476,11</b>	<b>3.899.831,98</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>5.058.862,05</b>	<b>5.379.476,11</b>	<b>3.899.831,98</b>
<b>Pessoal</b>	<b>1.060.074,05</b>	<b>1.031.474,11</b>	<b>764.386,98</b>
Remuneração Direta	729.300,05	779.957,11	572.503,98
Benefícios	65.016,05	51.006,11	33.011,98
F.G.T.S.	29.661,05	19.610,11	12.498,98
Outros	236.097,05	180.901,11	146.371,98
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>1.678.027,05</b>	<b>1.225.535,11</b>	<b>833.151,98</b>
Federais	1.622.749,05	1.186.778,11	813.115,98
Estaduais	1.597,05	2.882,11	931,98
Municipais	53.681,05	35.875,11	19.103,98
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>1.297.539,05</b>	<b>878.924,11</b>	<b>662.063,98</b>
Juros	1.110.155,05	737.975,11	576.047,98
Aluguéis	113.545,05	72.935,11	40.369,98
Outras	73.839,05	68.014,11	45.645,98
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>1.023.222,05</b>	<b>2.243.543,11</b>	<b>1.640.228,98</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	75.260,11	-
Dividendos	327.375,05	353.336,11	214.672,98
Lucros Retidos / Prejuízo do Período	538.983,05	1.686.866,11	1.290.062,98
Outros	156.864,05	128.081,11	135.492,98